

## **Campesinato e Mercado na Atenas Clássica (séculos V-IV a.C)**

*Gabriel da Silva Melo (NIEP Pré-K – UFF)*

Desde o século XIX, momento em que a Economia se (auto-) firmou como ciência, a necessidade de explicar os antecedentes econômicos do capitalismo surgiu com um duplo caráter: por um lado construir um corpo de conhecimento suficientemente amplo para a ciência que então havia nascido, por outro – este nem sempre de maneira consciente – fazer a apologia do sistema político, econômico, cultural e social que a ciência econômica supunha explicar, muito embora fosse mais adequada apenas para gerencia-lo: o capitalismo, principalmente com os contornos atingidos através da revolução industrial.

A querela entre primitivistas – aqueles que viam a Economia Antiga como um aspecto secundário das sociedades antigas, com características rudimentares, primitivas, se comparadas às da moderna economia capitalista – e modernistas – que, pelo contrário, acreditavam que a Economia Antiga, guardadas as óbvias proporções quantitativas, por conta, principalmente, das diferenças demográficas, jogavam um papel fundamental nessas sociedades, equiparável, portanto àquele da economia moderna – começa a tomar corpo justamente no fim do século XIX, através dos trabalhos de Karl Bücher e Eduard Meyer, respectivamente; e de seus continuadores. (cf. BRESSON, 2007; CARTLEDGE, 1983). Essas disputas, que tinham como campo a Grécia Antiga, estavam baseadas, apesar da aparente oposição diametral, nos mesmos pressupostos teóricos, pensados na e para a nascente economia moderna, capitalista, pelos, então filósofos que foram a base das Economias Clássica e Neo-Clássica: Adam Smith e Ricardo. As considerações feitas por esses autores (os quais, posteriormente, Karl Marx viria criticar), que se confundiam ainda entre um pensamento econômico proto-científico e tratados de moral burguesa, foram estendidas, inescrupulosamente, para situações históricas muito anteriores – no caso, a Grécia Antiga. Seja para negar a existência de uma economia “moderna” na antiguidade clássica, seja para afirmá-la, os primeiros protagonistas dessa disputa partiram de um mesmo arcabouço teórico que, no limite, julgava natural que os homens agissem, desde sempre, da maneira como agiam nessa Europa que testemunha a imposição do capitalismo como modo-de-produção universal. (cf. MELO, 2010; WOOD, 2003).

Pode-se dizer que um bom balanço da história da História Econômica da Grécia Antiga, hoje, conta, necessariamente, com a presença de Smith, Ricardo, Malthus, Bücher, Meyer, Weber, Hasebroek, Finley, Polanyi, North e os Neo-Institucionalistas. Se for um balanço muito completo, como é o de Alain Bresson, por exemplo, incluirá ainda a influência dos primeiros institucionalistas, a partir dos quais o próprio Weber desenvolveu suas idéias, contará com a presença de alguns modernistas e, provavelmente, citará Austin & Vidal-Naquet como uma referência importante na sistematização das idéias acerca da Economia Antiga que estavam presentes até os anos 70 (cf. BRESSON, 2007; AUSTIN & VIDAL-NAQUET, 1977). O marxismo é ausência certa. E quando não é, como de fato não o é no manual de Bresson, já tantas vezes referido aqui, *L' économie de la Grèce des cités*, composto por 2 volumes, é apresentado de maneira caricatural, denotando o desconhecimento não apenas do autor, mas de toda uma área da historiografia contemporânea, acerca de tão importante filósofo. A superação dos debates seculares não pode ser realizada a menos que se corrija a injustiça histórica, pautada exclusivamente por preferências e preconceitos ideológicos e se recoloca no debate as idéias tão influentes de Marx e Engels que foram, e continuam sendo, relegadas à discussão interna entre aqueles que as tomam para si como sendo de fundamental importância para a explicação do desenvolvimento das sociedades ao longo da História.

O regime das *pólis* gregas se estendeu de maneira espetacular no espaço e no tempo. Os números variam em torno do milhar de Estados e anos. As evidências apontam, portanto, para além da coincidência histórica. Um modelo de Estado que dura um milênio e tem por volta de mil exemplares certamente conta com uma heterogeneidade bastante elevada; multiplicidade essa que, na maioria dos casos, pode ser acessada apenas através de documentação arqueológica limitada, em boa parte deles permitindo apenas afirmar: “Aqui houve uma *pólis*, mas nada saberemos a respeito dela.”. O caso ateniense é, ao lado do de Esparta, o mais bem documentado e muitas vezes uma História da Grécia Antiga se confunde, na historiografia, com uma História de Atenas. Também não é mera coincidência, pois Atenas foi a responsável por hegemonizar todo o mar Egeu durante o período clássico, construindo um império no século V a.C, uma verdadeira talassocracia consumada com vitória sobre os persas nas

Guerras Médicas, no primeiro quartel do século e posta à prova novamente na Guerra do Peloponeso, segunda metade do século (cf. CECCARELLI, 1993).

Compreender a existência da democracia ateniense é compreender o seu processo de formação. O processo de formação da democracia ateniense é desenvolvimento ulterior do processo de formação e constituição das *póleis*, iniciado em meados do século VIII a.C na Grécia.

David Tandy, em *Warriors into Traders* (TANDY, 1997), através de uma análise dos poemas homéricos e hesiódicos, o autor, um polanyiano convicto, tenta explicar a transformação de uma sociedade regida pela lógica do dom e contra-dom (a Grécia da chamada “Idade das Trevas”, séculos X-IX, mais ou menos) em uma sociedade na qual o mercado tem um papel fundamental (a Grécia Clássica, séculos V-IV). O período arcaico, que vai de meados do século VIII ao século VI, é encarado pelo autor como o *turning point*, a situação histórica que contém a chave explicativa para a transformação de uma sociedade. Tandy dá conta dos processos de luta de classes que se desenvolvem a partir da queda dos palácios micênicos, demonstrando como o vácuo de um poder central foi importante para o estabelecimento de disputas entre aristocracias locais que acabaram dando forma a uma economia baseada em sistemas redistributivos, característica do período arcaico. A partir desse quadro, com o contato externo crescente das comunidades gregas da Idade das Trevas com outras populações, gregas ou bárbaras, a luta pelo estabelecimento das aristocracias e a necessidade de demonstração de diferenciação social deram brecha para que novas formas de riqueza penetrassem nessas comunidades anteriormente mais ou menos isoladas umas das outras. A penetração dessa riqueza, segundo o autor, cria novas necessidades para a continuidade da reprodução social dessas aristocracias, que, já mais estabelecidas no período arcaico, passam a se desresponsabilizar da redistribuição, levando a uma situação de deflagrada luta de classes entre os camponeses, cada vez mais empobrecidos, submetidos à aristocracia desobrigada com a comunidade e, portanto, insatisfeitos e incapazes, inclusive, de se reproduzirem enquanto classe. Determinados grupos de pessoas, bastante heterogêneos – com grande envolvimento de egressos do seio aristocrático – passam, então a se dedicar às atividades mercantis, e a viver nas franjas desse sistema, sendo responsáveis pela circulação da riqueza que, agora, em vez

da exclusividade do *status* que vigia até então, configura a posição aristocrática como superior nessa sociedade. Apesar de a explicação conter uma lógica interna bem elaborada, Tandy incorre nos mesmos problemas da maioria dos substantivistas: ele descreve o processo, mas não o explica. As perguntas respondidas sempre começam com “como” e não com “por que”.

Ellen Meiksins Wood, em seu *Peasant-Citizen & Slave* dialoga com outro importante autor marxista, G. E. M. de Ste. Croix. Do embate desses dois autores emerge a imagem de uma sociedade grega clássica como uma sociedade que vive sob um regime camponês. Através dos processos de lutas de classes, camponeses impõe, historicamente, à aristocracia, uma derrota – traduzida institucionalmente nas leis de Sólon e, posteriormente Clístenes – que vai marcar toda a vida da democracia ateniense nos séculos V e IV. Camponeses e aristocratas passam a compartilhar o mesmo *status*, o de cidadãos, configurando, igualmente, o corpo que decide os destinos da *pólis*. (cf. WOOD, 1988; STE CROIX, 1981). É na consideração dessa situação histórica que deveriam se desenvolver todas as discussões acerca da produção e circulação de mercadorias no período clássico, mas as abordagens atualmente hegemônicas na historiografia muitas vezes desconsideram que os homens são, na realidade, “os homens históricos reais”. (MARX & ENGELS, 2007. p. 30)

A democracia ateniense em particular, mas as *póleis* gregas em geral, são caracterizadas pela autarquia. A busca pela independência política, sempre atrelada a uma capacidade econômica de reprodução social desvinculada e outras cidades é retratada de diversas maneiras em Aristóteles, Platão, dentre outros filósofos. Se os homens estão condicionados a fazer a História com os meios que as gerações anteriores os legam do passado, o historiador, por estar na mesma condição, não é exceção à regra; portanto, não o é também a historiografia. O problema das fontes é sempre revisitado pelos historiadores contemporâneos, que reconhecem a limitação imposta pelo caráter e escassez das fontes à análise das sociedades pré-capitalistas. Paradoxalmente, no entanto, vivemos atualmente mais uma onda historicista, e poucos não são os trabalhos de História que se dedicam a encontrar nos autores antigos uma interpretação privilegiada da realidade por conta de sua proximidade com os eventos e processos em discussão. O que não podemos perder de vista é o caráter específico de cada um desses

textos. Na democracia ateniense a realidade quotidiana, a realidade política não condizia necessariamente com as opiniões dos filósofos, inseridos que estavam nas tensões e disputas sociais daquele tempo. Apesar de apenas os cidadãos atenienses gozarem de todos os direitos políticos e civis da constituição dos atenienses, a cidade, ao menos enquanto espaço, era local compartilhado por todos, da aristocracia aos artesãos, comerciantes, camponeses que vinham negociar seu excedente, adquirir produtos necessários na ágora, etc. De acordo com textos remanescentes de oradores do século IV a.C pode-se perceber o indicativo de uma divisão do trabalho desatrelada da condição de *status*, diferentemente daquilo que é proposto nos modelos de cidade ideal de Platão e Aristóteles. Na democracia ateniense real, metecos, cidadãos pobres, escravos e libertos compartilhavam muitas vezes os mesmos espaços de trabalho e não há coincidência entre *status* e ocupação. (cf. MANSOURI, 2011). É importante ressaltar esse aspecto de complexificação, pois ele põe em xeque boa parte das análises que primam, exclusivamente, por analisar a democracia de Atenas pelo viés do *status*, advogando inclusive a não existência de classes sociais nesta sociedade.

A autarquia só se cristaliza no imaginário grego, no entanto, porque há uma realidade material que condiciona a formação desse tipo de ideal. Sejam os palácios micênicos, as *póleis* do período arcaico, clássico ou helenístico, o objetivo autárquico esteve presente na mentalidade do grego. Por outro lado, assumiu formas históricas diferentes nestes diferentes momentos. Durante o período clássico o ideal da autarquia pode ser percebido em dois níveis (cf. AUSTIN & VIDAL-NAQUET 1977; FINLEY, 1980). Em primeiro lugar no nível do *oikos*. O território ático, aquele sob o domínio de Atenas durante os séculos V e IV a.C, é um território cujo solo não é propício para um cultivo variado com o nível das forças produtivas do período. Apesar de conter uma certa gama de produtos primários, a colheita era sempre muito vulnerável às variações climáticas (cf. BRESSON, 2007). A possibilidade de manter uma casa – no sentido alargado que inclui os bens, a família e os escravos – sem recorrer à troca era ínfima. O mercado interno com vistas à satisfação das necessidades básicas dos camponeses é, portanto, de grande importância para a existência desse ideal de autarquia. Autarquia era compreendida pelo cidadão grego, portanto, não como “produzir sozinho tudo o que é necessário”, mas poder prover ou fazer com que lhe pudessem tudo aquilo que é necessário sem estar submetido, para tal fim, a outro homem. Além disso, por conta do

processo de luta de classes através do qual o território foi retalhado para que o campesinato passasse a ter acesso à terra, o latifúndio, ao contrário do caso romano, não só existe em menor escala como tem uma função social muito menos importante (cf. WOOD, 1988). Aqui chegamos ao segundo nível da autarquia grega: aquele da *pólis*. Atenas vivia a contradição de ser centro de um império no século V a.C, ainda grande potência após as revoluções oligárquicas no fim da Guerra do Peloponeso e restauração da democracia, que voltou vigiu durante o século IV a.C, mesmo sem ser capaz de produzir uma quantidade necessária de grãos para suprir suas necessidades internas. O paradoxo da autarquia com a dependência externa teve duas soluções diferentes ao longo dos quase 200 anos de democracia: no século V a.C os impostos recolhidos por Atenas das cidades sob seu domínio, bem como os butins de duas grandes guerras que perpassaram quase todo o século, eram uma grande fonte de renda que permitia a manutenção do sistema, até porque estavam sob seu domínio regiões cerealíferas importantes (ao menos mais importantes do que a própria Atenas). No século IV a.C, o Estado toma para si, cada vez mais, a tarefa de legislar sobre e fiscalizar o comércio de grãos de longa distância, pois, perdido o domínio direto de Atenas sobre regiões cerealíferas, passava pelo comércio a saída necessária para a manutenção de seus habitantes (GARNSEY, 1989).

É possível concluir, portanto, que mercado e produção agrícola, em dois níveis diferentes, se articulam, na Atenas Clássica, pela lógica do valor de uso. Há relatos diversos da ocorrência de variações bruscas nos preços dos cereais em períodos de guerra, variação climática que punha a perder uma colheita, etc... mas esses acontecimentos fugiam à esfera do mercado. Alguns mercadores logicamente barganhavam, davam golpes de seguro, tentavam tirar vantagens individuais de situações de escassez, mas só chegamos a ter conhecimento dessa informação através das medidas de punição, da perseguição, processos em tribunais públicos, enfim, do cerceamento do Estado, que no caso de uma democracia direta se confunde não só com o corpo dos cidadãos, mas com todos aqueles que vivem na sociedade, a essa prática.

A lógica de reprodução do campesinato ateniense se confundia com a lógica de reprodução da sociedade ateniense como um todo enquanto uma democracia. O comércio era parte intrínseca da reprodução deste sistema, mas estava subordinado, a

todo momento, a desenvolvimentos históricos que fugiam à sua esfera de influência. A produção preponderava sobre a circulação (da qual o comércio era apenas uma das formas de manifestação no seio dessa sociedade). Tanto o mercado interno quanto o externo estavam sujeitos às contingências das relações políticas entre as *póleis*, da busca por hegemonia regional, do processo de lutas do campesinato por acesso ainda mais amplo à terra, das relações de hospitalidade e hostilidade com povos não-gregos. Ao contrário do que defendem os autores modernistas, não houve capitalismo na Grécia Antiga porque a lógica da produção econômica e social jamais poderia ter sido dominada pela produção incessante de valor em uma sociedade cujo trabalho ainda estava estritamente relacionado às atividades específicas que determinados grupos de pessoas exerciam. O movimento da História no pré-capitalismo, e a Grécia Clássica não é uma exceção, aparece como sendo impulsionado por relações entre os homens e dos homens com a natureza na resolução de problemas contingentes que ameacem ou favoreçam a reprodução social. E aparece assim porque, diferentemente do capitalismo, ocorre de fato assim.

O desvendamento do desenvolvimento econômico da Grécia Antiga passa, necessariamente, pelo estudo das relações sociais que conduziam a lógica do desenvolvimento geral daquela sociedade. Quando o econômico ainda não se separou das outras esferas da vida social, elegê-lo como categoria fundamental de análise é partir de uma premissa equivocada. A historiografia econômico-social da Grécia Antiga precisa ser reconduzida ao estudo das relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza no seu processo de reprodução, pois a mão do mercado ainda era, na antiguidade, não apenas invisível, mas também inexistente.

### **Bibliografia**

AMENIYA, Takeshi. *Economy and Economics of Ancient Greece*. New York: Routledge. 2007.

ANDREAU, J. Twenty years after Moses I. Finley's *The Ancient Economy*. In: SCHEIDEL, W.; Von REDEN, S. (eds) *The Ancient Economy*. New York: Routledge, 2002, p. 33-49.

AUSTIN, M. M.; VIDAL-NAQUET, P. *Economic and Social History of Ancient Greece: An Introduction*. California: University of California Press. 1977.

BISSA, Errietta M. A. *Governmental Intervention in Foreign Trade in Archaic and Classical Greece*. Boston: Brill. 2009.

- BRESSON, Alain. *L'économie de la Grèce des cités*. 2v. Paris: Armand Colin. 2007.
- \_\_\_\_\_. "Merchants and Politics in Ancient Greece: Social and Economic Aspects". In: ZACCAGNINI, C. (ed.). *Mercanti e Politica nel Mondo Antico*. Roma: L' Erma. 2003. Pp. 139-163.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus. 1988.
- CARTLEDGE, P. *Approaches to the economics of ancient Greece*. New York: Routledge. 2002.
- \_\_\_\_\_. "The Economy (Economies) of Ancient Greece". In: SCHEIDEL, W.; VON REDDEN, S. (eds). *The Ancient Economy*. New York: Routledge. 2002.
- \_\_\_\_\_. 'Trade and Politics' revisited: Archaic Greece. In: GARNSEY, P., HOPKINS, K., WHITTAKER, CR(eds) *Trade in the Ancient Economy* London: Chatto & Winus, 1983, p.1-15.
- CARVALHO, A. G. *Historiografia e Paradigmas: a Tradição Primitivista-Substantivista e a Grécia Antiga*. Niterói: UFF. 2007. Tese de Doutorado.
- CASSON, Lionel. *The Ancient Mariners: Seafarers and Sea Fighters on the Mediterranean in Ancient Times*. New Jersey: Princeton University Press. 1991.
- DESCAT, R. L'Économie Antique et la Cité Grecque. *Annales*. 1995, p. 961-989.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra - Segundo as observações do autor e fontes autênticas*. São Paulo: Boitempo. 2008.
- FINLEY, M.I. *A Economia Antiga*. Porto: Afrontamento, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GARNSEY, Peter. *Famine and food supply in the graeco-roman world – responses to risk and crisis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- GERNET, L. *Antropología de la Grecia Antigua*. Madrid: Taurus, 1980.
- GIARDINA, A. "O Mercador". In: *O Homem Romano*. Lisboa: Editorial Presença. 1992.
- GODELIER, Maurice. *The Mental and the Material*. New York: Verso. 1986.
- \_\_\_\_\_. *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. s/d.
- GLOTZ, G. *A Cidade Grega*. Lisboa: Difel, 1980.
- HANSEN, M. H. *The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes: Structures, Principles and Ideology*. Oxford: Blackwell. 1991.
- HASEBROEK, J. *Trade and Politics in Ancient Greece*. London: G. Bell and sons Ltd, 1933.
- KNUST, José Ernesto de Moura. *Racionalidade econômica dos grandes proprietários de terra romanos: crítica à leitura weberiana*. 2010. Disponível em: <http://anatomiadomacaco.wordpress.com/author/niepprek/> Último acesso em: 01/03/2011.
- MANSOURI, Saber. *Athènes Vue par ses Métèques (V-IV siècle av. J.-C.)*. Paris: Tallandier. 2011.

- MARX, Karl. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e Terra. 2002.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*.. 6v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
- \_\_\_\_\_. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo. 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã - Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo. 2007
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo. 1998.
- MEIKLE, S. “Modernism, Economics and the Ancient Economy” In: SCHEIDEL, W.; VON REDDEN, S. (eds). *The Ancient Economy*. New York: Routledge. 2002. Pp. 233-250.
- MELE, A. *Il Commercio Greco Arcaico*. Naples: Institut Français de Naples, 1979.
- MELO, G. S. *Do paradoxo das aparências à superação dialética: o Materialismo Histórico como alternativa para o estudo da economia grega antiga*. Comunicação no congresso *Tempus Fugit*, realizado na UFF, em Niterói. Enviado para publicação. 2010.
- MORLEY, Neville. *Trade in Classical Antiquity*. New York: Cambridge University Press. 2007.
- MORRIS, Ian. “Hard Surfaces”. In: CARTLEDGE, P.; COHEN, E.; FOXHALL, L. (eds.). *Money, Labor and Land: Approaches to the Economics of Ancient Greece*. New York: Routledge. 2002. Pp. 8-43.
- MOSSÉ, Claude. “The ‘World of the *Emporium*’ in the private speeches of Demosthenes”. In: GARNSEY, P.; HOPKINS, K.; WHITTAKER, C. R. (eds) *Trade in the Ancient Economy*. London: Chatto&Winus, 1983. pp. 53-63.
- OSBORNE, Robin. *Classical Greece: 500 – 323 BC*. Oxford: Oxford University Press. 2000.
- \_\_\_\_\_. “Price and Prejudice, sense and subsistence: exchange and society in the Greek city”. In: RICH, J.; WALLACE-HADRILL, A. *City and Country in ancient world*. New York: Routledge. 1991. pp. 120-148.
- PARKINS, Helen. “Time for change? Shaping the future of the ancient economy”. In: PARKINS, Helen; SMITH, Christopher (orgs.). *Trade, Traders and the Ancient City*. New York: Routledge. 1998. pp. 1-14.
- POLANYI, K. *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universidad, 1976.
- SCHIAVONE, Aldo. *Uma História Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. São Paulo: Edusp. 2005.
- STE CROIX, G. E. M. de. *The Class Struggle in the Ancient Greek World*. New York: Cornell University Press. 1981.

\_\_\_\_\_. “Karl Marx y la historia de la antigüedad clásica”. In: STE CROIX, G.E.M de *et alli*. *Arethusa* v.8: *El marxismo y los estudios clásicos*. Madrid: Akal, 1985. pp. 7-35.

SALLER, Richard. “Framing the Debate over Growth in the Ancient Economy”. In: In: SCHEIDEL, W.; VON REDDEN, S. (eds). *The Ancient Economy*. New York: Routledge. 2002. Pp. 251-269.

TANDY, David W. *Warriors into Traders: The Power of the Market in Early Greece*. California: University of California Press. 2000.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

TRABULSI, Dabdab. “Marxisme et Histoire Grecque Ancienne en France: Flirts, Engagements, Influences”. In: *Quaderni di Storia* n. 65. Bari: Edizioni Dedalo. 2005. Pp. 63-88.

VLASSOPOULOS, K. *Unthinking the Greek Polis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press. 1974.

WHITBY, Michael. “The grain trade of Athens in the fourth century BC”. In: PARKINS, Helen; SMITH, Christopher (orgs.). *Trade, Traders and the Ancient City*. New York: Routledge. 1998. pp. 99-124

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo. 2003.

\_\_\_\_\_. *Peasant-Citizen and Slave: The Foundations of Athenian Democracy*. New York: Verso. 1988. WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. *Em defesa da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.